

Violência institucional na Amazônia durante a ditadura autocrático-burguesa: o caso da guerrilha do Araguaia

Patricia Sposito Mechi*

Resumo:

O artigo discute a guerrilha do Araguaia, empreendida pelo Partido Comunista do Brasil entre os anos de 1972 e 1974, que teve lugar no Norte do Brasil, na tríplice fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e norte de Goiás (atualmente estado do Tocantins). A quase totalidade dos guerrilheiros foi brutalmente assassinada pelas Forças Armadas da ditadura bonapartista instalada no país desde 1964, que também torturou e assassinou moradores da região. Apresentam-se as três campanhas militares de repressão à guerrilha, buscando evidenciar o caráter de extermínio assumido a partir na última campanha e a violência que se estendeu também aos camponeses.

Palavras-chave:

Ditadura; guerrilha do Araguaia; violência institucional.

State violence in Amazon during the bourgeois, autocratic dictatorship: the Araguaia guerrilla case

Abstract:

This paper reviews the Araguaia guerrilla undertaken by the Communist Party of Brazil (PC do B) between 1972 and 1974. Confrontations took place in Brazilian North, in the triple border between the states of Pará, Maranhão and northern Goiás (current state of Tocantins). Almost all of the guerrillas were killed by the Bonapartist dictatorship installed in the country in 1964. Many local peasants were also tortured and murdered by the Armed Forces during the chase of the guerrillas. The paper also describes the three military campaigns of repression in order to demonstrate the character of slaughter took up by the last campaign.

Key words:

Dictatorship; Araguaia guerrilla; institutional violence.

* Doutora em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora adjunta da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: patriciam@uft.edu.br.

A deposição do governo constitucional de João Goulart por meio de um golpe civil-militar, em 1964, colocou fim à tímida democratização social que então se iniciava no Brasil. Ainda que nos limites da institucionalidade burguesa, significava um real avanço para as camadas populares, frente às possibilidades abertas pelos movimentos sociais. Discutia-se a democratização do acesso à terra por meio da reforma agrária, o controle sobre a ação dos capitais externos no país, a reforma política com a garantia de voto para analfabetos, entre outros. No contexto do governo João Goulart, era efetiva a possibilidade de debates públicos sobre os rumos e projetos para o Brasil, a apresentação de denúncias e questionamentos sobre o peso e o papel do imperialismo no país e, conseqüentemente, formulavam-se estratégias para sua neutralização na economia brasileira.

Atemorizados pela ascensão dos movimentos populares e pelas propostas que estavam sendo formuladas e, em alguns casos, encampadas pelo governo, militares e civis conspiraram para impor seus interesses por uma solução de força. O golpe desferido em 31 de março de 1964 e a ditadura que se seguiu atingiram em cheio os movimentos sociais e provocaram o desmanche da plataforma popular e democrática que caracterizava o governo deposto. Seguiu-se uma repressão brutal, instalada desde o momento do golpe, mas aprofundada a partir de 1968.

Nesse contexto de fechamento, perda das liberdades democráticas e extinção dos canais de negociação com o governo, poucos caminhos restaram aos lutadores sociais. Entidades estudantis foram postas na ilegalidade, sindicatos sofreram intervenção e seus membros mais ativos foram presos e assassinados. No campo, a criminalização das Ligas Camponesas, a prisão e o desaparecimento de líderes e a repressão aos trabalhadores rurais – seja pelo estado, seja pelos pistoleiros, a mando dos grandes proprietários de terra – deram o tom da nova fase da dominação autocrática, sob o bonapartismo (cf. BOTTOMORE, 1983, pp. 35-6).

Dentre as inúmeras lutas do período, enfocamos neste artigo a guerrilha do Araguaia. Ocorrida entre 1972 e 1974 na tríplice fronteira entre Pará, Maranhão e norte de Goiás (atualmente Tocantins) e organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), a guerrilha contou com a participação de dezenas de jovens militantes, a maioria vinda dos grandes centros urbanos. Pretendiam iniciar no Araguaia uma guerra popular prolongada, de inspiração maoísta, em que arregimentariam as massas rurais para a primeira etapa da revolução no Brasil, a revolução democrático-burguesa¹.

O Araguaia seria apenas a primeira região conflagrada. A intenção do PC do B era a de criar diversas áreas liberadas, a fim de, como preconizavam os escritos de Mao Tsé-Tung, os campos cercarem as cidades. Entretanto, a precoce descoberta de militantes e da estruturação para o combate na região frustrou os planos da agremiação política. O que se seguiu foi uma repressão brutal contra os guerrilheiros, mas também contra a população pobre moradora da região. Alguns camponeses se envolveram com a guerrilha, mas em número reduzido; o não envolvimento e, em certos casos, o desconhecimento da guerrilha não impediu as Forças Armadas brasileiras, em particular o Exército, de desencadear a barbárie contra esta população.

O PC do B foi fundado em 1962, a partir de uma cisão no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Diferenciou-se do PCB, entre outros aspectos, pela defesa da via armada para a revolução. Ainda que apenas no plano teórico, defendeu a tomada violenta do poder desde o governo de João Goulart, proposição que manteve após o golpe.

A partir de 1966, o partido passou a enviar para o Araguaia jovens militantes das cidades. As tarefas iniciais naquela região se referiam à ambientação da vida na mata, ao conhecimento da população e à estruturação da guerrilha. Os militantes deveriam aprender a viver como os camponeses, conhecer profundamente seu modo de vida e a região, além de criar laços de amizade e solidariedade com os moradores. Para o sucesso da empreitada, o PC do B acreditava ser fundamental que conseguisse envolver os camponeses na luta armada. Eles comporiam a força do exército popular de libertação que o Partido pretendia organizar. Contudo, não se trataria de um exército popular organizado a partir das demandas expressas pelos camponeses e nem sob sua liderança; segundo a teoria do PC do B, a primazia cabia à classe operária da qual julgava ser a vanguarda. Dessa forma, aos camponeses cabia a sujeição a uma estrutura militar dirigida pelo Partido, destinada a atingir os objetivos predeterminados da revolução democrático-burguesa. Esta concepção variou ao longo do desenvolvimento da guerrilha, e passou a incorporar, como veremos, também as demandas camponesas, mas sem que essa incorporação significasse o rompimento com a proposta revolucionária que já estava previamente determinada.

Por cerca de seis anos os militantes permaneceram na região sem que fossem descobertos pelas Forças Armadas e sem que os moradores suspeitassem dos reais objetivos do grupo. Nesse período, compreendido entre 1966 e 1972, organizaram a estrutura militar da guerrilha: criaram três destacamentos e uma comissão militar – órgão que dirigiria a luta no campo –, além de diversos pontos de apoio onde estocavam alimentos, remédios e munição. Produziram mapas e croquis identificando locais para acampamento, fuga e pontos de apoio e também abriram e identificaram trilhas longe dos caminhos costumeiros de passagem.

A presença de forasteiros na região começou a ser detectada pelo governo a partir de 1971. Inicialmente, cogitou-se que fossem contrabandistas, “terroristas” procurados nas cidades ou até mesmo um grupo de *hippies*.

1 Aprofundamos a temática em nossa tese de doutorado (cf. MECCHI, 2012).

O Exército já operava na região, em busca de outros militantes, e pretendia “capturar elementos subversivos nas regiões Sw do Maranhão e N de Goiás” (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1971), numa operação denominada Mesopotâmia, que resultou na morte do camponês Epaminondas Gomes de Oliveira. Possivelmente já haviam sido realizadas operações de inteligência na área, já que, quando o Exército se deslocou para lá, possuía uma listagem com os nomes e localização das pessoas a serem capturadas, além de, em alguns casos, descrições físicas detalhadas.

Informações mais concretas sobre a atuação de militantes do PC do B na região foram obtidas a partir de 1972, com origem em dois lugares: numa ação realizada pela 8ª Região Militar, descobriram-se indícios de atividade guerrilheira na “Região Sul da Transamazônica, no trecho compreendido entre Marabá e Araguatins” (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 25 maio 1972) e pelo Centro de Informações do Exército (Ciex), que apurou possibilidade da existência de grupos em atividade nas regiões “N, NO e NE de Xambioá” (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 25 maio 1972).

Entre março e outubro de 1972, algumas operações militares foram realizadas na região, sem grande sucesso. As operações do período compuseram a primeira campanha militar de repressão à guerrilha, de um total de três campanhas. Tinham o objetivo de levantar informações sobre “atividades subversivas” e capturar e destruir o inimigo (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, mar./maio 1972). Estas operações foram marcadas por uma série de dificuldades e as ações militares acabaram restritas ao levantamento de informações, à prisão de alguns militantes e à descoberta de esconderijos já abandonados pelos guerrilheiros (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, mar./maio 1972).

Durante as operações, os militares perceberam que não estavam encontrando militantes isolados, ao contrário, tratava-se de combatentes inseridos numa estrutura organizada. Inicialmente, os militares não conseguiram identificar o tipo de organização e a estruturação militar existente na região e nem sequer sabiam se tratar de uma guerrilha proposta pelo PC do B. Frente a esta dificuldade, recuaram, com o objetivo de preparar novas operações, com o objetivo de conhecer melhor o “inimigo”.

Sucedeu-se uma série de operações, conhecidas como “Operações Peixe” (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, mar./maio 1972), que foram consideradas, no conjunto, um grande fracasso, já que, com o objetivo de neutralizar a presença de militantes e sem um quadro preciso do inimigo a reprimir, foram abortadas sem que tivessem atingido seus objetivos.

Os fracassos iniciais do Exército geraram grande euforia entre mais guerrilheiros. Maurício Grabois (1912-1973), comandante da guerrilha, comemorou em seu diário os acertos da estratégia no Araguaia (GRABOIS, 2012). Enquanto isso, entre os militares, ficava explícita a necessidade de mudanças.

As Forças Armadas constaram ser necessário um longo trabalho de inteligência, com o objetivo de colher o maior número possível de informações antes do próximo ataque. Tratou-se da segunda campanha militar, iniciada com a “Operação Papagaio”², também chamada de “Manobra 72”. A operação objetivava:

- 1 – Realizar, por intermédio da manobra, uma operação psicológica visando a:
 - alijar da área elementos subversivos que lá vêm atuando;
 - capacitar a população de que poderá contar com o auxílio do Exército, conquistando-lhe, também, a simpatia pelas Acisos [ações cívico-sociais] empreendidas;
- 2 – Testar:
 - a doutrina da guerra revolucionária;
 - o grau de instrução da tropa (...)
- 3 – Exercitar:
 - os comandos subordinados no planejamento e execução de operações especiais;
 - a tropa na realização de: - reconhecimentos; - marchas motorizadas; estacionamentos; - operações contraguerrilha e vivência na selva; - operação de informações e busca de informes de interesse para a segurança interna;
 - o sistema de operações ar-terra; o apoio administrativo a grandes distâncias da base no interior da selva;
- 4 – realizar ações cívico-sociais (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, nov. 1972).

Nesta operação, concluíram que as Forças Guerrilheiras do Araguaia (Foguera) (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, nov. 1972) tinham como objetivos: formação e treinamento de guerrilheiros rurais, estudo da viabilidade de uma guerrilha rural no Brasil, estabelecimento de um foco e, posteriormente de uma coluna guerrilheira, obtenção de apoio externo e repercussão internacional para o movimento, adesão de outras organizações guerrilheiras, exploração dos antagonismos existentes na área e criação de uma rede de apoio para a guerrilha (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, out. 1972[?]).

2 Possivelmente a “Manobra” recebeu esse nome por situar-se na região fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e norte de Goiás (atualmente a região pertence ao estado do Tocantins) conhecida como “Bico do Papagaio”, já que as fronteiras dos estados (composta pelos rios) se assemelham à forma da cabeça da ave vista de perfil.

As Forças Armadas também identificaram o desenvolvimento da guerrilha em três fases: a primeira seria de estabelecimento de contatos com a população local sem que ela estivesse a par da “doutrinação marxista ou subversiva” que sofreria; a segunda fase seria a da formação de um exército popular, com a arregimentação dos habitantes locais pela exploração do problema da posse da terra e, por fim, na terceira fase, dar-se-ia a tomada violenta das propriedades rurais e o desencadeamento da guerrilha rural.

Caso os guerrilheiros atingissem os objetivos que os militares pensavam ser os da guerrilha, as consequências seriam: controle da Transamazônica e da Belém/Brasília; ocupação de pequenas localidades, por pouco tempo, para criar a ideia de “área liberada”; promoção do desgaste e do descrédito do governo e provocação do descrédito político do país no exterior, com repercussões negativas no campo econômico.

O Exército acreditava num potencial de crescimento da guerrilha e temia o recrutamento de novos membros entre a população local, o que de fato não ocorreu. Também acreditava que a guerrilha recebia apoio externo – a divulgação, pela imprensa de países europeus, dos acontecimentos da guerrilha reforçava a crença sobre ligações com o exterior.

A partir das conclusões da segunda campanha militar no Araguaia, que se limitou ao levantamento de informações, deflagrou-se o último e decisivo conjunto de operações repressivas contra a guerrilha. Nelas o comando coube à “comunidade de informações”: tratava-se de militares que andavam descaracterizados, passando-se por técnicos agrícolas, funcionários de órgãos estatais e comerciantes. Desenvolviam histórias de vida falsas, portavam documentos falsos e intitulavam esta prática de “cobertura”. Conseguiram, por este mecanismo, misturar-se à população e junto a ela colher informações.

Além das “histórias de cobertura”, outros métodos de coleta de informações – levados a cabo intensamente na terceira campanha militar – foram a prisão, a tortura, o assassinato, o desaparecimento e a destruição dos meios de subsistência dos camponeses. Muitos deles, ainda hoje, estão desaparecidos.

A terceira campanha militar contra a guerrilha foi um cenário de terror. É desta fase a maior parte dos relatos de camponeses sobre as torturas e prisões que sofreram, além dos depoimentos que revelam diversos desaparecimentos na região. A violência servia não apenas para conseguir informações junto aos camponeses, mas era também uma estratégia de intimidação, para que não colaborassem com os guerrilheiros. Além dos ataques físicos e psicológicos, o Exército destruiu seus meios de vida: para matar a guerrilha de fome, queimava roças e alimentos estocados nos paióis, impedia o plantio e a colheita. Muitos camponeses, sem ter como sobreviver, deixaram a região. Alguns retornaram mais tarde e descobriram que suas antigas posses haviam se tornado parte de grandes fazendas.

Em outubro de 1973, às vésperas dos ataques finais à guerrilha, o Exército promoveu um “arrastão” e prendeu aproximadamente 300 pessoas na base militar de Bacaba, conhecida como “casa azul”, situada na sede do DNER na cidade de Marabá, no estado do Pará. Alguns dos presos foram colocados em valas de três metros nas bases militares, que foram fechadas com grades de ferro, conhecidas como “buraco do Vietnã”; há também relatos sobre a existência de um “buraco de sal”, na cidade de Xambioá (atualmente estado do Tocantins), onde eram lançados os presos após as sessões de tortura. Além dos buracos, havia cercados de arame, sob o sol. Em todas essas prisões, o preso ali permanecia por dias, tomando sol e chuva, alimentando-se e realizando suas necessidades fisiológicas no mesmo lugar.

Alguns moradores foram recrutados como guias do Exército. Estes, chamados de mateiros, eram conhecedores da densa mata da região do Araguaia e iam à frente, guiando os militares para encontrar os militantes (que a essa altura já se autointitulavam guerrilheiros) que haviam se embrenhado na floresta desde que foram descobertos. Aos camponeses não era possível recusar-se a exercer tal atividade sem sofrer consequências. Muitos desses guias foram presos e torturados para aceitar a função.

Ao longo da terceira campanha, munidos de informações mais precisas sobre os guerrilheiros e seus destacamentos e tendo neutralizado o apoio real ou potencial que a população poderia lhes prestar, diversos assassinatos foram cometidos, alguns deles com os guerrilheiros já sob custódia do estado. Entretanto, o ataque decisivo ocorreu no Natal de 1973. É lembrado entre os militares como o “chafurda de Natal”. Tratou-se de uma execução, pois os guerrilheiros já não ofereciam condições de resistência, não havia mais destacamentos, comissão militar ou pontos de apoio. Os poucos guerrilheiros ainda vivos tentavam se esconder na selva, maltrapilhos, sem alimentos e doentes. Em fevereiro de 1974, os militares estimavam que houvesse restado cerca de 20 guerrilheiros nessas condições, e eles foram caçados ao longo de todo o ano.

A ordem era para que não houvesse sobreviventes e, segundo Pedro Corrêa Cabral, vinha da presidência da república, então sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici:

Este personagem, aliás pouco citado por estas mesmas razões, empolgado com seus índices de popularidade, achou que os prisioneiros do Araguaia iriam apenas criar problemas para o governo e trabalho para os órgãos da Justiça Militar. Determinou, portanto, aos órgãos de informações que “cortassem o mal pela raiz”, isto é, eliminassem todos, indistintamente, quer em combate, quer fora de combate, sumariamente, para que não viessem

a perturbar o seu governo ufanista, regido pelo jargão do “Brasil – Ame-o o deixe-o”. Desta forma, não sem o apoio de Brasília, os agentes de informações agiram durante a 3ª fase da Guerrilha do Araguaia. (BELÉM, 2014)

Confirmando a versão do general, os moradores locais atestam que alguns guerrilheiros foram vistos presos nas bases militares e hoje integram as listas de “desaparecidos”, da mesma maneira, informam que outros foram degolados (PEIXOTO, 2011).

Estima-se que, nas três campanhas na região, o Exército tenha empregado cerca de 10 mil homens para reprimir a Guerrilha do Araguaia. Passados mais de 40 anos, o saldo da guerrilha é trágico: a quase totalidade dos militantes está desaparecida e há apenas duas ossadas identificadas, encontradas no cemitério de Xambioá: as dos guerrilheiros Maria Lúcia Petit da Silva e Bergson Gurjão Farias. Atualmente, há mais de 20 ossadas em análise, após a exumação no cemitério de Xambioá, devido à condenação do estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, pelo caso Araguaia. Como em outros casos conhecidos e largamente documentados de violação dos direitos humanos e da prática de crimes de lesa-humanidade ocorridos durante a ditadura autocrático-burguesa, todos os algozes do Araguaia permanecem livres, salvaguardados pela lei de autoanistia brasileira de 1979, confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça em 2010. Já para os camponeses, a violência empregada contra eles, a destruição de seus meios de vida e a expulsão de suas terras nos anos em que se desenvolveu a guerrilha gerou um quadro de miserabilidade que se mantém até os dias atuais.

Referências bibliográficas

BELÉM, Euler de França. Ordem para matar na Guerrilha do Araguaia era do presidente Emilio Médici, diz o coronel Pedro Corrêa Cabral. *Jornal Opção*, 9-15 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/colunas/imprensa/ordem-para-matar-na-guerrilha-do-araguaia-era-do-presidente-emilio-medici-diz-o-coronel-pedro-correa-cabral>>, acessado em 10 abr. 2014.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (Velho Mário) – 30 abr. 1972 a 25 dez. 1973*. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2011/04/Di%C3%A1rio_de_Maur%C3%ADcio_Graboiss.pdf>, acessado em 15 maio 2012.

MECHI, Patricia Sposito. *Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*. 2012. Tese (Doutorado) apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MINISTÉRIO do Exército. Comando Militar do Planalto e 11.ª Região Militar. *Operação Mesopotâmia – Ordem de Operações N° 01-SPC/71 – (segredo)*. Brasília, jul./ago. 1971, 23 p.

_____. Comando Militar da Amazônia – CMA – 12.ª RM – 2.ª. Seção *Informação nº 288/E2/72-CMA* (Confidencial). Manaus, 25 maio 1972, 4 p.

_____. Comando Militar da Amazônia. 8.ª Região Militar, Quartel General, 2.ª Seção. *Operação Peixe (I, II, III, IV e V) (Segredo)*. Brasília, 27 mar./maio 1972, 45 p.

_____, Comando Militar Planalto. 11.ª Região Militar, Quartel General, EMG, 5.ª Seção. *Manobra Araguaia/Operação Papagaio (Segredo)*. Brasília, nov. 1972, 8 p.

_____. Gabinete do Ministro. CIE/DF. *Exposição para o Chefe do CIE*. Brasília, out. 1972[?], 5 p.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v. 6, n. 3, pp. 479-99, set/dez. 2011.

RAGO FILHO, Antônio. “Sob este signo vencerás”! A estrutura ideológica da autocracia bonapartista. *Cadernos AEL. Tempo de Ditadura*. Campinas, Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH/Unicamp, v. 8, n. 14/15, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro. “O golpe contra as reformas e a democracia”. *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois*. Bauru: Edusc, 2004.